
McINTOSH, Mark A.: *Divine Teaching: An Introduction to Christian Theology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. 252 pp., 24,5 X 17 cm. ISBN 978-1-4051-0271-1.

O autor, como professor de teologia sistemática e espiritualidade, lecionou na Universidade Loyola, Chicago, por quinze anos em nível de graduação e doutorado. Como sacerdote anglicano, exerceu o ministério de teólogo canonista do bispo presidente e primaz.

A meta do autor não é tanto traçar-nos a longa história da teologia cristã nem fazer teologia para o leitor, mas antes guiá-lo a fazê-la ele mesmo, ao dar-lhe o gosto de aprender de Deus e não sobre Deus. Há base racional para aceitar que Deus existe e é digno de ser ouvido.

A primeira parte chama-se precisamente: “Tornando-se teólogo”. Num primeiro capítulo, o A. faz de Deus o sujeito que forma o teólogo. Coisa pior não pode acontecer ao teólogo cristão do que tomar-se demasiadamente em sério. Acompanha o convívio com a teologia a experiência de admiração, de espanto que tem a ver com a realidade que o teólogo procura entender. Existe misteriosa afinidade entre o objeto da teologia e o teólogo. Se um geólogo aprende das rochas, um psicólogo das pessoas, o teólogo o faz muito mais de Deus. Ele cria afinidade e simbiose com Deus, objeto de seus estudos o qual cria nele atitudes de fé, esperança e caridade. Virtudes teológicas que o fazem participar da vida divina, segundo Santo Tomás.

O que acontece com o teólogo e como ele é moldado pelo encontro com Deus? É a Trindade a fonte inundante da teologia cristã e o verdadeiro mestre dos teólogos. A teologia vive contínuo perigo de escapar de uma disciplina respeitável levada por teólogo para a participação misteriosa no modo de vida, de fala, de conhecimento e de amor de Deus. Assim se pensa a teologia cristã. Por quê?

Porque os primevos seguidores de Jesus pensaram naquilo que lhes aconteceu na convivência com Ele. Assim nos perguntamos que acontece com um teólogo no encontro com Deus. Este molda-lhe o que pensa, sente a respeito de tudo. Para os discípulos o ponto crucial foram as experiências da ressurreição e de pentecostes que os transformaram.

A fonte secreta da teologia é a vida trinitária de Deus. A teologia, ao longo dos séculos, foi forma de oração e de comunhão com Deus, na qual, em última análise, o pensar do teólogo sobre Deus vem da vida como presença de Deus na vida do teólogo. E a fé então é necessária para estudar teologia? Não necessariamente. Necessário saber que as comunidades cristãs creem que a teologia brota de seu encontro com Deus. Cabe admitir que a teologia cristã é uma expressão de transformação permanente do mundo no encontro com Deus.

No segundo capítulo, continua a reflexão sobre o teólogo. É alguém que recebe estranho chamado para ser aventureiro, pirata, místico e sábio. A aventura – etimologicamente *ad+venturam* = em direção ao futuro – do teólogo significa permanente conversão no sentido de não deixar “embarcar-se na angústia de possuir mais e mais para si mesmo”, porque aí perceberá menos e menos do que realmente está aí, diz Agostinho.

Teologia é abertura para uma realidade que se trai, mas permanece sempre maravilhosamente inabarcável. Escapa de todo enquadramento. É um pensamento pela via analógica. Está aí a imagem do pirata. O teólogo se comporta como pirata no tocante às palavras. Sente-se seduzido por Deus a lançar-se para além do uso normal das palavras, muito restrito para ele. A perspectiva mística leva-o a interpretar a realidade em termos de Deus. E finalmente a sabedoria significa pensar por meio dos pensamentos de Deus.

Num terceiro capítulo, o A. estuda a relação entre a fé e o ensino da teologia. Distingue logo de início a fé como ensinamentos que a comunidade recebe e sustenta e o ato de fé. Desenvolve o segundo aspecto. Explica as seguintes afirmações básicas: os objetos da fé cristã servem como uma espécie de treinamento ou aprendizado para o crescimento da compreensão de Deus; existem meios pedagógicos usados por Deus; eles têm a qualidade peculiar de trabalhar na mente dando sentido às coisas; e a inteligibilidade passa antes pela participação na vida de Deus do que pela racionalidade do objeto.

Na segunda parte do livro, o A. estuda três temas centrais. Primeiramente aborda a questão da salvação. Ela se apresenta como o ponto de partida. Alguém pode perguntar: por que não a criação? Porque conhecemos a Deus em Jesus Cristo pelo Espírito Santo. E a tal encontro chamamos de salvação. E ela é a base para a teologia cristã e permite diferentes aproximações. De que somos salvos? Para que realidade somos salvos? Quais os meios pelos quais a salvação se realiza? Qual é amplitude da meta salvífica? Questões que o autor desenvolve.

Em outro capítulo, avança a compreensão de salvação, ao recorrer a autores como Santo Irineu, na relação entre salvação e nova criação, Santo Agostinho, no confronto com a justiça de Deus, Santo Anselmo, sob o

aspecto da ordem divina. Para além desses autores clássicos, ele aventura assinalar ulteriores caminhos de nosso tempo. Trabalha o significado da paixão e morte de Jesus que oferece aproximações para o mistério da salvação cujo grande evento é a ressurreição e glorificação de Jesus. Para tal, recorre à teologia oriental dos ortodoxos, ao feminismo e a consideração de René Girard. Elabora a dimensão pascal, cósmica e trinitária da salvação.

Indo mais fundo na vida divina, dedica um capítulo aos temas centrais da Trindade, Encarnação e ao sopro do Espírito. De fato, Deus revela-nos que a vida divina é trinitária. A Trindade não é o que pensamos de Deus, mas o que ele pensa de si mesmo. E os cristãos antigos pensaram a sua relação com a Trindade, como perdão e abundância. Foram conduzidos a refletir sobre a vida do Verbo encarnado e sobre o poder do Espírito. A teologia cristã se alimenta da Trindade. Joga com a tensão entre a unidade e a diferença em Deus, enucleia as pessoas divinas como relação. Aprofunda a questão central da encarnação do Logos por meio da categoria da união hipostática. O Concílio de Calcedônia tornou-se marco miliário. Agostinho, com sua teologia trinitária, constituiu-se ponto de referência imprescindível. Plasmou definitivamente a teologia cristã. Nos tempos atuais, a figura de Karl Barth merece atenção. O autor o considera o expoente mais significativo da teologia trinitária no período moderno pela recusa de acomodá-la à virada crítica da modernidade. Precisamente a sua convicção de que o significado de Deus em Cristo é a melhor maneira de interpretá-lo fez seu empreendimento teológico intrigante. Conclui o longo capítulo com questões pioneiras da teologia trinitária atual referentes ao Espírito Santo, ao problema das “pessoas”, ao gênero e sociedade, ao autoabandono e sofrimento trinitário, à dimensão de relacionalidade ontológica e antropológica. Por fim, fecha o capítulo com uma última consideração sobre a Trindade e a mística participação em Deus.

O último capítulo toca o problema da vida criatural como caminho para a beatitude eterna. O autor insiste na ótica principal do livro: só Deus nos ensina realmente teologia, pelo menos, no sentido profundo de participação da compreensão una e trina de Deus. Nesse capítulo de toque escatológico, a morte perde seu domínio em nome do caminho da criação à luz da Páscoa. A autocomunicação trinitária se torna o fundamento da liberdade criatural. A revelação e o sacramento existem em função da comunhão.

Tudo começa com os eventos de Jesus e do Espírito que permitem transformar os ensinamentos de Deus em compreensão de Deus e assim pensar de acordo com o modelo trinitário autocomunicativo que deu existência às criaturas. Então entendemos o que seja a vida humana, a vida eclesial e a beatitude. Pois no espelho da Trindade autocomunicativa, as criaturas são elas mesmas no nível da criação, da revelação e da participação sacramental do evento eterno de comunhão. O autor recorre a Santo Tomás como

referência para entender porque Deus cria, como ele cria e como se faz presente às criaturas. Breve excuro sobre Blaise Pascal acena para aspectos da condição humana de ser, ao mesmo tempo, anjo e animal. A existência humana se torna inteligível quando a consideramos como criados para viver em amizade com Deus, mas peregrinando num deserto onde crescemos perdidos. Ele salienta esse paradoxo existencial.

Os desafios finalmente vêm de duas questões disputadas de pensar trinitariamente a Igreja e de entabular o diálogo entre teologia e ciência. O A. permite ao leitor mover-se para uma mais profunda compreensão do em que os cristãos creram e ensinaram através dos séculos. Mais: permite-lhe saborear uma espécie de ensino teológico e pesquisa que encontram a forma perfeita não simplesmente na sala de aula, mas na vida de comunhão com Deus. Nela os cristãos pensam consistir o próprio céu.

Em estilo bem saxônico, o A. consegue unir exemplos e chamadas às realidades simples e imediatas, como comparações, a fim de entender as reflexões teóricas elaboradas. A intuição principal que preside o livro ajuda o teólogo a não se prender unicamente ao conhecimento do objeto teológico, mas a ir fundo na experiência da própria vida de Deus.

Uma linguagem viva, pedagógica e elaborada embeleza o livro. Revela bom conhecimento das fontes tradicionais e da teologia moderna, fazendo uso acertado de ambas.

João Batista Libanio SJ

SCATENA, Silvia: *In Populo Pauperum: La Chiesa Latinoamericana dal Concilio a Medellín (1962-1968)*. Bologna: Il Mulino, 2007. 545 pp., 21 X 15,5 cm. Nuova serie, 40. ISBN 978-88-15-12140-0.

Este livro faz parte de uma coleção de textos e pesquisas de Ciências Religiosas em que figuram obras de excelente valor. No prefácio, Gustavo Gutiérrez relembra a importância de Medellín como recepção fiel e criativa do Concílio Vaticano II. 1968 foi ano marcante para a Igreja e a sociedade. Mesmo ao vivermos agora contexto bem diferente daqueles idos, Medellín é-nos memória no sentido de Santo Agostinho: “o presente do passado”, ponto de partida de um caminho. GUTIÉRREZ acena para dois dados. Tanto o Concílio como a realidade latino-americana levaram muitos cristãos a buscarem novos caminhos na promoção da justiça, no testemunho do evangelho e na reflexão teológica. E também se afirmou com força em Medellín o reconhecimento da pobreza, não só como problema social, mas

mais globalmente como um dos maiores desafios para o anúncio do evangelho. GUTIÉRREZ considera a pesquisa de SCATENA excelente e pontual, seguindo passo a passo as origens de Medellín e sua preparação, compulsando fontes diversas, recolhendo numerosos testemunhos. Mesmo os atores dos eventos de então aprendem muito de tal pesquisa, conclui GUTIÉRREZ sua introdução. Torna-se obra imprescindível para avaliar o significado de Medellín. Com tal introdução de tão abalizado teólogo, que esteve no coração do evento de Medellín, o leitor se sinta estimulado a recorrer ao texto para ampliar seu conhecimento sobre momento fundamental da vida eclesial da América Latina. Semelhante recomendação veio da parte de Mons. SAMUEL RUIZ, bispo emérito de Chiapas e renomado prócer da libertação. Assim o texto se vê bem respaldado por conhecedores e protagonistas do processo.

Na introdução, SCATENA traça excelente, breve e contundente quadro da situação política e eclesial da América Latina, ao mostrar a relação entre ambas, seja nas sintonias como nas oposições, mas, em todo caso, profundamente entrelaçadas. Quando acontece Medellín, a América Latina fervia com golpes e ações revolucionárias. Desde a Revolução Cubana em 1959, a movimentação revolucionária e contrarrevolucionária se chocavam. E no coração de tal tensão, a Igreja, animada pelas aberturas do Concílio Vaticano com as subsequentes tensões, se expunha a fortes movimentos internos de politização e de reações opostas. A autora salienta a presença de clero estrangeiro de abertura social e de latino-americanos formados em centros europeus socialmente avançados. Explode o fenômeno da latino-americanização da consciência política e eclesial, com a fundação de uma série de instituições de cunho continental, desde a criação do Colégio Pio Latino (1858), a convocação do I Concílio Plenário Latino-americano (1899) passando pela constituição do CELAM até a instituição de órgãos e secretariados de Universidades Católicas, Sindicatos cristãos. Nessa efervescência latino-americana acontece Medellín.

Tem-se escrito muito sobre o significado teológico, simbólico de Medellín para a Igreja da América Latina. Mas, excetuando o estudo de O. Beozzo sobre a atuação do episcopado brasileiro no Concílio Vaticano II, diz SCATENA que o esforço de historização desse período da vida da Igreja no Continente aparece limitado e insuficiente. O livro pretende suprir tal lacuna. Sobre o percurso da Igreja latino-americana do Concílio a Medellín. Tal percurso encontra no CELAM o fulcro institucional da recepção do Vaticano II vigorosamente encarnada na prática pastoral das Igrejas do Continente. O processo se inicia bem antes do final do Concílio, graças ao empenho antecipado de um grupo de bispos para propiciar a atualização das orientações conciliares na realidade concreta latino-americana. Este é o tema central dessa publicação. Procurou-se reconstruir e documentar o itinerário desse grupo na convicção de que a forma peculiar de colegialidade que se exprime em Medellín não se compreende sem a experiência dessa

“esquadra de bispos” criada por Mons. LARRAÍN, presidente do CELAM de novembro de 1963 até sua morte precoce em 1966 num acidente. Esse grupo foi logo ampliado por uma colaboração sistemática de religiosos, sacerdotes, teólogos e leigos. Tornou-se então foco da assimilação seletiva e criativa da atualização conciliar em relação com outros sujeitos individuais e coletivos. O foco da pesquisa se põe sobre a atuação do CELAM, especialmente por tal órgão representar um observatório privilegiado e um elemento fundamental catalisador do processo eclesial mais amplo de que Medellín representa um produto e uma clara expressão.

Atende-se também aos microprocessos dos diversos sujeitos que se movem em escala continental, as reuniões informais de Roma organizadas por D. HÉLDER. Sob a gestão de Mons. LARRAÍN, deu-se verdadeira refundação do CELAM com sistemático recurso às análises da sociologia religiosa que questionaram a pastoral até então praticada e estimularam o começo de uma reflexão teológica autóctone.

O livro se ateu a alguns momentos pouco conhecidos da preparação longa e árdua de Medellín: os encontros episcopais promovidos entre 1966 e 1968 por alguns departamentos do CELAM. Deles resultaram a participação e confirmação de novas práticas pastorais, o amadurecimento de alguns conteúdos importantes de Medellín, a criação de uma rede de relações entre assessores e bispos que não passavam de uma minoria no interno das conferências. Captam-se assim as inquietações de setores da Igreja, o esgotamento da temática do desenvolvimento e a irrupção estudantil de 68, o surgir da discussão sobre a violência revolucionária, a presença de setores significativos do catolicismo continental que começa a falar de libertação.

Não se pode esquecer que todo esse processo preparativo e a própria Conferência foram percebidos sob o ângulo da experiência do Espírito. E as celebrações litúrgicas da Assembleia ajudaram a manter vivo tal clima.

Sob essa ocular principal, SCATENA desenvolve cuidadoso e exaustivo processo de pesquisa para documentar essa trajetória da Igreja Latino-americana sob a batuta do CELAM. No primeiro capítulo, traça a reestruturação do CELAM por departamentos sob a égide de Mons. LARRAÍN. E descreve a atividade desses departamentos, dos cursos e Institutos que organizaram. Valoriza sobretudo a criação do Instituto Superior de Pastoral Latino-americana. Em todo esse período, avulta a maravilhosa figura de Mons. LARRAÍN e de D. HÉLDER. Eles conseguiram implantar no CELAM a dinâmica do próprio Concílio. Criaram ambiente de liberdade, de discussão, de análise da realidade com a excelente relação entre bispos e assessores. E naqueles idos havia dos dois lados figuras de primeira plana.

O segundo capítulo continua trabalhando a dinâmica do CELAM em atitude de revisão permanente. Buscou viver no seu interior o estilo do Vaticano II. D. HÉLDER resumira-o no fato de ter “habituação os bispos a

assumirem posições não em termos de direito e autoridade, mas de responsabilidade e serviço”. Aprendeu-se no Concílio a atitude colegial que marcará o CELAM. E a CNBB tornou-se o eixo essencial da recepção conciliar com suas experiências e planos pastorais. Assim também em outras Conferências episcopais surgiram iniciativas pastorais relevantes no espírito do Concílio. Havia, porém, focos de resistência. O impulso renovador afetou organismos eclesiais continentais não sem ligação com o CELAM. No Chile, onde o episcopado se mostrou especialmente empenhado na recepção conciliar, a convocação de sínodos foi um sinal. Relevante foi a figura do Card. SILVA HENRÍQUEZ que reunia qualidade de homem prático, de autoridade, acessível e comprometido no campo social.

Com o desaparecimento precoce de Mons. LARRAÍN, o CELAM herdou-lhe a agenda de repensar a relação entre os diversos níveis da colegialidade episcopal – CELAM e Conferências nacionais – e buscar novo equilíbrio entre a autonomia dos departamentos e as exigências de planejamento de uma pastoral de conjunto continental. O novo Secretário Geral, Mons. McGRATH, desempenha então papel importante para a concretização de tais objetivos. No campo antes teórico, o CELAM se propõe pensar uma teologia condizente com a sua linha, ao valorizar a eclesiologia e elementos de análise da situação social do Continente. Mais tarde, no famoso encontro em Mar del Plata, outubro de 1966, já se buscou uma superação da ideologia do desenvolvimento, embora não o tenha conseguido plenamente. Essa reunião foi o precedente imediato de Medellín. Daí sua importância. A autora descreve com pormenores as vicissitudes da preparação e da condução de tal encontro. Acena para a importância tanto da mensagem de PAULO VI incentivando os bispos para assumir participação ativa no processo de transformação em curso e nas “*Sugestões fraternas*” de D. HÉLDER, ao criticar a ideologia do desenvolvimento no sentido de esconder uma relação de dependência respeito aos países capitalistas. O livro traz elementos interessantes sobre a repercussão da presença de D. HÉLDER em momento de alta tensão política na Argentina e de vigilância romana. Suas ideias marcaram notavelmente o debate em Mar del Plata, comenta a autora. Estamos nos primórdios da teoria da dependência que FERNANDO CARDOSO e ENZO FALETTO formularão em publicação do ano seguinte.

Consagrando de certa maneira elementos da Conclusão de Mar del Plata, PAULO VI publica a Encíclica *Populorum progressio*, que adquiriu ampla repercussão no III Mundo. D. HÉLDER a chamou de “a mais corajosa encíclica publicada até os nossos dias”. A autora continua seu detalhado estudo, ao abordar o Encontro de Buga em que o tema da educação libertadora esteve em pauta. Menciona a contribuição significativa de LUIZ ALBERTO GÓMEZ DE SOUZA sobre os principais problemas da educação no Continente. Elementos dessa exposição foram largamente assumidos pelo Documento Final do Encontro.

A temática missionária ocupou o final do capítulo. Em Mar del Plata criou-se o departamento para as missões que se transformou, em breve tempo, em um lugar fecundo de encontro entre o magistério conciliar em assunto missionário e a reflexão teológico-pastoral contemporânea, permitindo uma elaboração teológica original latino-americana sob a presidência do bispo colombiano VALENCIA CANO. Este fez belo processo de conversão social por força do contacto com regiões pobres do país. Termina abordando as dificuldades do IPLA e as atividades do CIDOC de Cuernavaca. Pesavam críticas e restrições sobre este por causa da pessoa carismática, crítica e original de IVAN ILLICH. A aproximação do IPLA com Cuernavaca suscitou reservas no episcopado latino-americano.

O capítulo terceiro trata da preparação imediata de Medellín no ano 1968. Chamou-o “a hora da sinceridade”. Esperava-se com ansiedade a convocação de Paulo VI. Já fazia dois anos que Mons. LARRAÍN tinha feito o pedido e depois vieram repetidas solicitações. Já se faziam implícita preparação e tratativas meândricas com Roma sobre a estrutura da Conferência. E chega, numa reunião já de preparação para Medellín, a 21 de janeiro de 2008, o telegrama de Mons. SAMORÉ anunciando o envio da carta de convocação oficial da conferência por parte do Secretário de Estado. Nessa reunião já se debateram temas como a promoção humana (POBLETE), a vida da Igreja como instituição na América Latina (CARAMURU) e as tarefas evangelizadoras da Igreja na América Latina (GUTIÉRREZ). No final, confeccionou-se o Documento-base como instrumento para iniciar confronto alargado sobre o sentido e as modalidades de presença da Igreja no Continente já à base do método ver, julgar e agir. A convocação oficial deu início a fase de consulta aos episcopados. E também as congregações romanas examinaram o Documento-base e fizeram observações. A organização preocupou-se também com o espírito da Conferência para que se adequasse ao da Igreja do momento, vinculada intimamente à preocupação com todas as classes sociais em estilo de simplicidade e eficácia. A sobriedade devia manifestar-se nas celebrações litúrgicas em sintonia com a metodologia de trabalho. Pensou-se a Conferência em três momentos: mentalização movida por cinco relações introdutórias, trabalho das comissões pastorais e assembleias gerais de revisão e aprovação dos textos. O CELAM submeteu-se a serradas tratativas para a nomeação dos relatores, assessores e observadores. Seguiram meses de encontros: de Melgar por uma Igreja missionária e pascal, Jornada de estudos sobre o diaconato permanente, Reunião de Salvador na Bahia sobre o subdesenvolvimento como fato social global e a exigência de uma teologia comprometida.

Nesses idos vivia-se pesada contingência histórica. Constatava-se a falência dos reformismos e da doutrina da segurança nacional. A Igreja latino-americana encontrava-se entre a violência institucionalizada e a violência revolucionária.

PAULO VI anuncia sua vinda ao Congresso Eucarístico Internacional de Bogotá. Por trás do Congresso Eucarístico e da viagem papal se escondiam divergências e contrastes em quente contexto político e no meio da contestação juvenil generalizada. Acontece a publicação não autorizada do Documento de Trabalho pelo Jornal *El Tiempo*, da Colômbia. Este fora pensado como um texto reservado para uso exclusivo dos membros da Conferência. Uma vez publicado, ele foi recomendado ao estudo de grupos, organismos, leigos. O debate sobre o Documento de Trabalho cruzou com o sobre a viagem de PAULO VI no contexto do Congresso Eucarístico. O Papa era consciente da possível instrumentalização da viagem por parte da manutenção do *status quo*. Deu sinais de não aceitá-la, ao programar encontro com os camponeses, visita a paróquia pobre de Bogotá e ao pedir simplicidade no ato de abertura da Conferência. Antes de viajar, porém, fez alocação onde se mostrava compreensivo com a tentação da violência, mas se distanciava de tal solução. A autora termina o capítulo com uma referência à semana internacional de catequese de Medellín numa perspectiva de catequese situada e evangelizadora.

Em capítulo menor, concentra a atenção sobre o evento de Medellín. Cognomina-o “o pequeno concílio”. Este já é um tema mais trabalhado. Comenta as palavras do Papa, que o bispo de Riobamba resumiu: “mudança, mas sem violência”. Depois da inauguração em Bogotá, os bispos se dirigem a Medellín. Os participantes somavam 250 pessoas. Analisa as falas iniciais, descreve a ambientação. Depois de certa desorientação no começo, a atmosfera do seminário de Medellín se tornou simples e fraterna.

Para criar clima de reflexão e discussão, contribuíram as conferências dos relatores e em seguida os sete seminários de estudo, presididos pelos próprios expositores. Para não alongar ainda mais a recensão, indico os pontos abordados no resto deste quarto capítulo: o trabalho das comissões, as questões mais debatidas, as áreas de resistência, a opção por um documento composto do conjunto dos 16 textos integrais como sairão dos grupos de trabalho, a votação dos textos, a consagração do método ver-julgar-agir, a articulação salvação e libertação, evangelização conscientizadora e descentralização das estruturas paroquiais, a opção pelos pobres. A presença ecumênica foi importante, mas ficou a dor da não hospitalidade eucarística.

Um pequeno e último capítulo, à guisa de conclusão, traça o retrato da Igreja latino-americana como “pobre, missionária e pascal”.

Em nível de documentação extremamente detalhada, bem elaborada e interpretada, esse livro torna-se fonte imprescindível para conhecer os bastidores de Medellín. As afirmações genéricas e programáticas, que se fazem sobre a Conferência episcopal, recebem embasamento e inteligência até então insuficiente e parcial. Impressiona a capacidade de pesquisa da

autora que penetrou meandros eclesiásticos e conseguiu acumular fantástica documentação que nos faz reviver os cenários anteriores e concomitantes à Conferência de Medellín. Permanece fonte de informação inesgotável a saciar-nos o desejo de conhecer melhor esse momento importante da vida da Igreja latino-americana.

João Batista Libanio SJ

ALMEIDA, Antônio José de: *Leigos em quê?: Uma abordagem histórica*. São Paulo: Paulinas, 2006. 374 pp., 23 X 15,5 cm. Col. Cristianismo e história. ISBN 85-356-1857-0.

Texto de leitura agradável, sem deixar de ser sério e iluminador: esta é a primeira impressão que tem o leitor diante deste livro do Pe. Antônio José de Almeida, do clero diocesano de Apucarana (PR). Trata-se de um rico inventário histórico de como os leigos têm vivido sua vocação peculiar na Igreja, o que tem ocorrido não sem dificuldades, conforme os diversos modelos históricos de configuração eclesial. Em teologia, e mais precisamente ainda em eclesiologia, toda releitura equilibrada e sensata da história é benfazeja. Na expressão de Yves Congar, “a história é uma grande escola de inteligência e de sabedoria. Seu conhecimento leva a não absolutizar o relativo, pôr as coisas em seu lugar, apurar as velhas querelas e os contenciosos mal fundados. Ela faz conhecer os contextos fora dos quais os textos não são compreendidos autenticamente” (*La crise dans l’Église et Mgr Lefebvre*, Paris: Cerf, 1976, p. 86).

O A. faz bem em recordar que, na história da Igreja, o martírio (cf. p. 39) e o “exercício da caridade” (cf. p. 110) têm caracterizado a opção de muitos leigos e leigas, sem omitir a importância que tiveram nos inícios do ensino social da Igreja (cf. p. 229). Tais testemunhos não podem ser esquecidos, quando se busca reconhecer aos leigos o direito de pertença plena à Igreja, algo muito longe do que seria o papel de meros auxiliares do clero.

O A. critica, já na Igreja antiga, o “paternalismo episcopal”, o que teria levado “a uma explícita infantilização dos leigos e leigas” (p. 44), e a “supervalorização teológica e institucional do bispo”, o que teria provocado “uma desvalorização teológica e institucional dos leigos e leigas” (p. 45). Constata que, “[e]nquanto a hierarquia é social e teologicamente valorizada, os leigos são progressiva e correlativamente desvalorizados” (p. 51).

Uma vez terminadas as perseguições na Igreja antiga, o binômio “hierarquia-laicato” é substituído pelo trinômio “hierarquia-monges-leigos” (cf. p. 50), o que acaba por trazer consequências negativas à vida e à missão

dos leigos. O governo eclesial competia à hierarquia; a busca da santidade, aos monges; e aos leigos, parece que quase nada sobrava... Não é difícil perceber, neste novo esquema, um notável esvaziamento da vocação dos leigos. Não por acaso “desaparece o uso da pregação dos leigos” (p. 53). Neste processo, a reforma do Papa Gregório VII (séc. XI) “separou definitivamente o clero e os leigos como duas classes dentro da Igreja” (p. 97).

Destaquem-se os resgates históricos, por parte do A., de dois testemunhos significativos: o de Hilário de Poitiers (séc. IV), que, no contexto da controvérsia ariana, afirmou serem “os ouvidos do povo mais santos que os corações dos sacerdotes” (p. 55), e o de John H. Newman (séc. XIX), que num artigo célebre lembrou o papel decisivo dos leigos no séc. IV na defesa da fé católica, também frente ao arianismo (cf. pp. 54 e 243). Vê-se aqui o papel substancial da Tradição eclesial, defendida nestas circunstâncias particulares mais pelo povo do que pelos bispos.

Uma série de episódios e situações na longa história da Igreja (por exemplo: o *corpus bipartitum* da Igreja dos bárbaros [p. 80]), que nos ensejou uma “eclesiologia esquizofrênica” (levada ao auge pelo Papa Pio X, em 1909, com a encíclica *Vehementer*), adverte-nos quanto à necessidade de se construir uma eclesiologia “do todo”. Uma eclesiologia “católica” (tomando-se o termo em sua raiz etimológica), segundo a qual a pluralidade de ministérios não seja vista pela hierarquia como risco à unidade, mas como riqueza da polifonia eclesial. Isto implicaria deixar o leigo ser leigo, o que transparece no brado de Pio XII às Auxiliares Internacionais Católicas: “Permaneçam leigas!” (p. 292). Exigiria também evitar toda e qualquer “clericalização” do leigo” (p. 323). Neste sentido, é urgente recuperar o dado eclesial-eclesiológico tradicional do *sensus fidei*, já posto em evidência pelo Concílio Vaticano II (LG 12). Certamente é o que o A. quis dizer com estas palavras, recordando Guilherme de Ockham: “tanto a raiz do poder como a norma da fé repousam na totalidade dos crentes” (p. 147).

Nesta releitura histórica feita pelo A. não poderia faltar uma menção à Reforma protestante (pp. 167-180). Nos tempos em que vivemos, marcados benfazejamente pela sensibilidade ecumênica, não se pode deixar de reconhecer a luminosa intuição de Lutero a respeito da *communio sanctorum* (cf. p. 170), com suas perspectivas em prol de uma teologia do laicato. A vocação à santidade é universal, ou seja, de todos, e não de alguns membros da Igreja. Precisamos avançar muito ainda no reconhecimento desta verdade.

O A. faz referência a experiências de povos que viram mantida a fé cristã graças ao empenho de leigos. É o caso do Vietnã, nos meados do séc. XVII (cf. p. 183), e o caso emblemático da Coreia, no séc. XVIII (cf. p. 199).

O emprego de metáforas torna a leitura agradável, tais como a da viagem de trem (cf. p. 329). O A. faz amplo uso do bom humor, o que torna o livro

convidativo à leitura, sem perder a profundidade e a seriedade que o assunto exige. Frases divertidas aparecem aqui e ali, tais como nesta referência ao martírio de Santa Luzia: “Uma espada brilhou no ar, decapitando a jovem que já perdera a cabeça por Cristo” (p. 38), ou nesta menção ao martírio de Germânico, “feito *Wurst* para os leões” (p. 331). E ainda, expressões informais como “Arre, égua!” (p. 210). A ironia divertida também se faz presente, como, por exemplo, ao lembrar as restrições que Galileu Galilei sofrera: *Eppur si muove!* Ou ainda: se o grego dos clássicos e o latim eclesiástico “encobriram, por séculos, verdadeiros tesouros, aos quais aos leigos e leigas foi negado o acesso, porque... eram leigos” (p. 344), nada mais sugestivo do que acrescentar ao final do livro um *Parvum lexicon verborum ignotorum ad usum laicorum* (pp. 359-371).

Algumas observações de cunho metodológico se fazem oportunas. Não se sabe o porquê da repetição de uma citação de Congar à p. 93, quando já fora citado na nota 26 da página imediatamente anterior (p. 92). Também uma citação de Lutero (p. 177) é repetida na mesma página, em nota de rodapé. E na p. 186, a nota 11 é repetição do que já aparece no corpo do texto. E ainda, na p. 189, nota 1, há uma citação de Santo Afonso de Ligório, repetida, ainda que não exatamente igual, na p. 196. Na p. 348, nota 31, parece que há uma citação errada da Exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*. Por fim, convém perguntar se o verbo “serpentear” é conveniente em suas duas ocorrências (pp. 153 e 186).

Também se devem indicar algumas imprecisões. O A. faz menção ao Concílio de Vienne (1311-1312) (pp. 143, 144 e 147), nomeando-o “Concílio de Viena”. Na p. 251, nota 5, Maurice Blondel é citado como E. Blondel. E ainda, na p. 288, diz-se que Lefebvre e Castro Mayer foram excomungados por Paulo VI. Na verdade, Paulo VI os demitiu de suas funções de governo episcopal, em 1976. João Paulo II, por sua vez, no dia 1º de julho de 1988 declarou formalmente como cismático o ato de Monsenhor Marcel Lefebvre em 30 de junho do mesmo ano, a saber, a ordenação episcopal de quatro presbíteros sem mandato pontifício, fato que por si mesmo colocou a ele e a seus seguidores fora da comunhão eclesial, num caso típico de pena de excomunhão *latae sententiae* (cf. DH 4820-4823).

O livro de Antônio José de Almeida pode ser utilizado como excelente subsídio em dinâmicas de formação de leigos, para que estes descubram a dignidade de sua vocação e se encorajem no serviço da Igreja. Por exemplo, poder-se-ia programar uma série de aproximadamente vinte encontros, para discussão do conteúdo dos capítulos desta obra. Desta forma, tal livro oferecerá uma grande ajuda na animação daqueles que, afinal de contas, são a maioria na Igreja, e que, mediante a graça batismal, têm identidade e missão próprias na comunidade eclesial. É de se lamentar que, ainda, o nosso laicato padeça de certo “complexo de inferioridade” frente ao clero. Não se construirá uma eclesiologia “do todo” se os leigos,

que, de fato, ainda estão à margem da Igreja, não se conscientizarem da importância eclesial de sua vocação. Aliás, “a história progride pelas margens. A margem é próxima da periferia mais que do centro” (Y. CONGAR, *Vraie et fausse réforme dans l'Église*, Paris: Cerf, 1968, p. 253).

Paulo César Barros SJ

CARRIER, Yves: *Le discours homilétique de Mgr. Oscar A. Romero: Les exigences historiques du Salut-Libération*. Paris: L'Harmattan, 2003. 324 pp., 24 X 16 cm. ISBN 2-7475-6169-0.

A grandeza espiritual de Mons. Romero, arcebispo de São Salvador, manifestou-se na coragem profética de enfrentar o brutal sistema repressivo de El Salvador na defesa dos pobres. As suas homilias tornaram-se, naqueles anos escuros de perseguição, respiradouro de liberdade e de altura espiritual. Pagou tal destemor com o próprio sangue. CARRIER dedicou-se, em sua tese doutoral, a minucioso e profundo estudo das homilias de Mons. Romero. Ele pôs-nos em contacto com esse patrimônio espiritual que merece ser visitado e revisitado, mesmo depois de ter passado a tempestade militar. No entanto, a situação dos pobres no Continente continua a levantar questionamentos semelhantes aos daqueles idos.

Na Introdução, o A. situa o leitor em face da originalidade de gestação das homilias. Divergem das pregações normais nas missas de países bem nutridos e assentados em si mesmos. Revelam o aspecto libertador e revolucionário em que a espiritualidade e o compromisso político se encontram em síntese original e vigorosa. Para teólogos afeitos à modernidade crítica, espanta deparar-se com um discurso que mistura o pré-conciliar com o da teologia da libertação. Não nasce da racionalidade crítica moderna, mas da interpelação dolorosa da realidade social do povo salvadorenho.

Para preparar o leitor para proveitosa compreensão, CARRIER explica a singularidade do discurso homilético de unir o eixo exegético com o histórico da realidade concreta em que vivem os fiéis aos quais ele se dirige. O pregador constitui-se no mediador entre a Palavra de Deus lida na celebração e a comunidade eclesial de que ele é membro com a própria trajetória existencial. Portanto, deve conhecer ambas as margens de que ele é ponte. E Mons. Romero caminhou de uma formação tradicional para crescente compromisso libertador, tocado, ou se se quiser, convertido pelo martírio do jesuíta Rutilio Grande. E aproximou-se da Escritura com o olhar histórico-crítico do texto e da situação conflituosa de El Salvador, ajudando-se de críticos sociais de seu país. No seu caso, a homilia adquiria peso por vir da autoridade eclesiástica de maior relevância, como arcebis-

po da capital. E cumpriu essa missão no espírito do Concílio Vaticano de servidor do Povo de Deus.

Marcou as homilias de Romero a autenticidade por vir da coerência entre a mensagem e ele, o mensageiro. Renunciou morar em luxuosa residência oferecida pela burguesia salvadorenha para ocupar quarto modesto do hospital dos cancerosos de São Salvador. Praticamente era o único a pronunciar uma palavra de verdade naquele momento de amordaçamento dos discursos. Mesmo quando percebeu que a vida estava ameaçada, não quis abandonar seu povo e foi fiel até a morte. Ele se dizia: “a voz dos sem voz”. Testemunho bem jesuano.

As homilias eram longas. Às vezes, ultrapassavam uma hora chegando até a duas horas no final de sua vida. Eram muito mais que uma simples homilia de missa. Transformaram-se em verdadeiros cursos magistrais, momento de alimentação espiritual de fé e esperança para um povo em contexto terrível de sofrimento. A longa duração não impedia que o povo permanecesse fiel e atento às suas palavras. Recebiam por meio delas verdadeiro bálsamo para os corações sofridos.

Chegou a ter numerosas multidões de milhões de ouvintes. Certas pesquisas de audiência falam de 70% da população do país a ouvi-lo. Algo inédito. Até os inimigos o ouviam, embora com outras intenções. Nas últimas semanas de sua vida, as homilias foram transmitidas por ondas curtas para toda a América Latina, produzindo efeito subvertedor generalizado. Os fiéis presentes reagem às suas palavras com aplausos prolongados. Impressiona ouvir nas gravações as reações de entusiasmo dos presentes. Não faltaram fortes interpelações às forças repressivas em nome de Deus.

A estrutura da homilia de Mons. Romero se constrói em torno de dois eixos. O primeiro se concentra no aspecto teológico das leituras do dia, enquanto o segundo constitui verdadeiro diário de acontecimentos eclesiais e políticos da semana no referente aos direitos humanos, aos direitos de associação e à perseguição de clérigos, leigos, membros de organizações sindicais, estudantis, populares e eclesiais. Confronta os acontecimentos com a Palavra de Deus e daí tira as conclusões práticas. Tratava-se de verdadeiro método novo de evangelização a partir do testemunho do povo e de suas organizações. O imponente conjunto de homilias perfaz oito tomos de umas 2.450 páginas, publicados pela arquidiocese de São Salvador.

CARRIER trabalha principalmente o eixo doutrinal em consonância com a Tradição da Igreja situada no contexto salvadorenho. A realidade histórica do país joga o papel de pano de fundo implícito ao esforço de interpretar a Palavra de Deus numa perspectiva libertadora. Há uma leitura da ação e do silêncio de Deus na história que brota do confronto da Palavra com a realidade.

A partir dessa perspectiva, o A. leu, estruturou, comentou, conceitualizou e descobriu maravilhas nas homilias de Mons. Romero que escapam a um olhar menos atento. Basta uma passagem rápida pelos blocos nos quais ele organizou o pensamento do bispo salvadorenho para se ter uma ideia da amplitude do trabalho. Verdadeira teologia da libertação elaborada no coração de situação política extremamente tensa e violenta. Só a coragem de alguém que foi capaz de morrer pela causa dos pobres produziu tão grandiosa obra homilética.

O pensamento de Mons. Romero marca a diferença clara e sem convivência entre o Anti-reino e o Reino de Deus. O primeiro se traduz nos temas do pecado nas múltiplas formas de original, pessoal e estrutural, da idolatria do individualismo, da riqueza e do poder com suas consequências, da morte onipotente, provada pela pobreza, do homicídio, do mistério do mal. O Anti-reino se concretiza fundamentalmente pela injustiça, pela ofensa à dignidade do ser humano, pelo sistema idolátrico fundado no pecado e gerador de morte.

Em confronto com esse reino do mal, está a história da salvação e libertação que revela a pedagogia divina no êxodo, no decálogo, no exílio. Nela aparece a unidade da história que engloba a unidade do corpo e do espírito, da salvação histórica e da salvação-libertação em ação na história. Ele estabelece, ao frisar a unidade intrínseca da história, um dos pilares da teologia da libertação

Cristo ocupa longo espaço nas homilias. CARRIER estrutura a cristologia de Mons. Romero sob duas perspectivas centrais: O Cristo pobre e oprimido e o Cristo libertador e salvador. Sem cair em concordismo fácil, acena, porém, para semelhanças entre a ação de Jesus em sua sociedade com a do cristão na de hoje de tal modo que o Jesus histórico fala muito ao povo pobre e marginalizado. A dimensão de salvação se dirige a um povo crucificado. No horizonte está a aurora da libertação inaugurada pela ressurreição.

A Igreja é apresentada, sobretudo como Povo de Deus. Novo paradigma para construir a Igreja desde a base, tão típico da eclesiologia latino-americana. No fundo, estão as comunidades eclesiais de base, o novo jeito de ser Igreja. Retoma-se em perspectiva de A. Latina a teologia do Povo de Deus do Concílio Vaticano II.

A função profética do cristão funda-se sobre a fé em Jesus Cristo e sobre a proclamação da Palavra de verdade a favor da justiça. O cristão torna-se assim testemunha do Cristo Ressuscitado no coração da realidade de morte e de opressão desse sistema idolátrico de pecado.

Finalmente, ele fecha a síntese do pensamento de Romero, ao detalhar as exigências históricas da salvação-libertação. Estamos aqui no polo oposto do Anti-reino, de onde CARRIER partiu para sistematizar o pensamento

de Mons. Romero. Jesus Cristo libertador tornou-se semelhante aos humanos para divinizar-lhe a carne no momento da ressurreição. Divinização e libertação radical já começam aqui na terra e não são simplesmente projetadas para o além com risco de alienação.

CARRIER apresentou-nos uma síntese global do conteúdo de abundante material, de enorme riqueza teológica, espiritual e pastoral, produzido por Mons. Romero com suas homilias. Aí se oferece fonte de motivação para novo agir cristão.

O livro conjuga citações abundantes de Romero com comentários, análises, reflexões esclarecedoras. Nada melhor para manter-lhe a memória viva do que fazer esse passeio pela sua vasta obra homilética. Nela se vê retratada a vida do povo salvadoreño por um pastor de coração generoso, magnânimo e corajoso.

João Batista Libanio SJ

NÜSSEL, Friederike / SATTLER, Dorothea: *Einführung in die ökumenische Theologie*. Darmstadt: WBG, 2008. 161 pp., 24 X 16,5 cm. ISBN 978-3-534-16706-7.

Duas teólogas, a primeira é professora de teologia sistemática e diretora do Instituto ecumênico da Universidade de Heidelberg e a segunda é professora de teologia ecumênica e de dogmática da Wilhelms-Universidade de Münster, Westfália, elaboram-nos excelente introdução à teologia ecumênica.

Com três palavras, elas definem a estrutura do livro: caminhos, temas e metas. Caminho serve de metáfora para a existência humana e vale também para o ecumenismo. Pessoas de diferentes procedências movem-se para uma meta e quando elas partilham mútua e confiadamente suas convicções, cria-se entre elas um companheirismo de caminho. Não se faz ecumenismo sem reflexão sobre a própria confissão. Exige disponibilidade para testemunhar com autenticidade a própria fé e empatia na percepção dos fundamentos das outras confissões e a aceitação das diferenças remanescentes. Implica uma vocação comum em torno da vinculante Palavra de Deus, transmitida na vida eclesial dos fiéis. Há citações bíblicas que vêm frequentemente ao caso: Jo 17,20-21, Ef 4,4-6, 1Cor 12. Levam-se em conta também as confissões das Igrejas e sua história. A história do conceito de *ecumene* vem desde o significado helenicorromano, passando pela Igreja como nova *ecumene* por obra da virada constantiniana, pelos concílios ecumênicos e pelas cisões no Oriente, entre Oriente e Ocidente e no interior do Ocidente, pelas guerras da religião e pelo tempo das confissões

até o nascer do movimento ecumênico no coração da preocupação missionária. O movimento ecumênico moderno arranca da Conferência de Edinburg em 1910 sobre a missão mundial e vive no mundo católico o calor do Concílio Vaticano II. Na construção da *ecumene*, as confissões têm peculiaridades próprias, como as Confederações evangélicas, as autocefalias orientais e a centralidade romana repensada pelo Concílio Vaticano II. No momento, processa-se uma reconfiguração do movimento ecumênico com exigências específicas. Carece-se de novo esforço por uma coordenação. Concluindo essa primeira parte dos caminhos, as autoras apontam alguns marcos da história do movimento ecumênico e tarefas: uma hermenêutica ecumênica, o diálogo ecumênico no seu significado e limites, a função da teologia ecumênica no conjunto da teologia. O último toque tange a formação ecumênica como lugar de ensino nas faculdades católicas e evangélicas, nas aulas de religião das escolas e na formação teológica.

A segunda parte do livro ocupa espaço maior. Aborda a questão de temas teológicos vistos a partir da aproximação ecumênica. Trata-se dos grandes temas da teologia: Escritura e Tradição, Graça e Doutrina da Justificação, Ética individual e social, Teologia dos Sacramentos, Doutrina sobre os Ministérios. Eclesiologia. Conhecem-se bem as divergências que existem nesses campos teológicos entre as diferentes confissões cristãs católica, ortodoxa e da Reforma.

A relação entre Escritura e Tradição foi submetida a uma análise em que se atendeu aos aspectos comuns para um diálogo ecumênico, ao significado da temática nos diversos níveis, aos eventuais resultados dos diálogos já existentes. Entre as considerações conclusivas apresentam-se aproximações entre as confissões em diferentes questões: a Revelação de Deus como fundamento da Escritura, a legitimidade da Tradição, a argumentação pneumatológica, a dimensão missionária, o problema das decisões infalíveis do magistério.

Respeito à graça e à Doutrina da Justificação, as autoras trabalham clássicos temas da dialética entre lei e evangelho, justificação pela fé, pertença a Cristo, a justificação como tema da teologia de controvérsia desde Agostinho passando pela Igreja oriental até Lutero e a Reforma. Tratam das diferenças doutrinárias e condenações na doutrina do pecado, da graça, da fé e das obras. Discorrem, em seguida, sobre o consenso nas verdades fundamentais da doutrina da justificação e sobre um consenso diferenciado na interpretação da mensagem da justificação. Apontam para o alcance ecumênico da compreensão evangélica e católica nesse campo, durante séculos, minada por ferrenhas discussões. Terminam acenando para o diálogo evangélico-ortodoxo sobre a compreensão da salvação.

A ética individual e social implica temática complexa. A ética social possui hoje tarefa e responsabilidade respeito ao conhecimento da complexidade estrutural dos fatores econômicos, ecológicos, políticos e culturais atuantes

sobre as condições de vida das criaturas. Os resultados da história do ensino ecumênico no campo da ética social referem-se ao diálogo ecumênico atual. Pois a ética social tem dimensão ecumênica. Estão postas exigências fundamentais a respeito das dimensões pessoais e estruturais do pecado. Preside a relação com a criação a intenção fundamental de Deus de preservação e moldagem da vida criatural. Sem tal perspectiva não se entendem os temas do campo ético-social na perspectiva cristã. Em perspectivas de futuro, o Cristianismo joga com a dialética da criação enquanto dom da vida e caminhos para conservá-la. As liturgias em comunidades ecumênicas frequentemente assumem relação com a criação.

A teologia sacramental abre enorme espaço de diálogo ecumênico. Começa com o conceito e o número de sacramentos. As autoras trabalham mais detalhadamente o batismo e a eucaristia. Sobre o batismo, entram na questão do batismo de crianças e adultos. A eucaristia levanta questões sobre a sua dimensão eclesial, a relação com o ministério, o caráter de sacrifício, a comunhão entre vivos e mortos na sua celebração, a questão da presença real e da transubstanciação, a comunhão aos doentes, a comunhão sob as duas espécies. De maneira sucinta, elas tocam a questão dos sacramentos da confirmação, da reconciliação e da unção dos enfermos.

Um quinto grupo temático se relaciona com os ministérios. Aqui estão os problemas mais controvertidos e espinhosos. Eles começam já na interpretação do Novo Testamento que não contém nenhuma compreensão unitária dos ministérios e serviços. Existe também a tensão entre o sacerdócio comum dos fiéis e o ministério ordenado. A doutrina de Lutero e dos Reformados sobre o ministério e a posição católica até o ensinamento do Concílio Vaticano II merecem breve consideração. A origem e a diferenciação dos ministérios na tríplice forma, na tradição luterana, na confissão reformada se põem como real problema ecumênico. As teorias da delegação ou da instituição divergem. Outro ponto difícil tratado diz respeito ao ministério episcopal e à sucessão apostólica com diferentes compreensões. Abordam a ordenação, como sacramento, conferido pela imposição da mão e pela oração, o seu caráter indelével, a falta de sacerdotes e o celibato para o mundo católico. Pomo de discórdia é a ordenação das mulheres. A Igreja católica e a ortodoxa rejeitam terminantemente enquanto outras igrejas cristãs a realizam. *Last but not least* o livro trata da *crux* do ecumenismo: o ministério petrino. O próprio papa João Paulo II reconheceu tal fato e sua impotência em resolvê-lo. E o tema dos ministérios se encerra com a indicação de tarefas e objetivos na explicitação da compreensão e prática dos ministérios por parte das tradições cristãs.

O último bloco temático gira em torno da eclesiologia. Questão em íntima articulação com a anterior. De novo, um passeio pelo Novo Testamento mostra diferentes interpretações possíveis da compreensão de Igreja. Em seguida, as autoras percorrem as afirmações fundamentais da confissão da

Igreja, começando pelo Concílio de Constantinopla (a. 381). Quanto aos atributos essenciais da Igreja, existem grandes diferenças nas Igrejas. Elas revisitam vários textos eclesiológicos importantes: Texto elaborado na V Reunião Geral de *Faith and Order* (1993: Santiago de Compostela), *The Nature and the Mission of the Church* (2005), *Die Kirche Jesu Christi* da Comunidade das Igrejas Evangélicas da Europa. Outras questões eclesiológicas abordadas são a Igreja como comunidade dos santos, a Igreja como Sinal e Instrumento da salvação, a Igreja visível e invisível, as características da Igreja, a Igreja local e universal e a situação da atual compreensão de ecumenismo.

Uma terceira parte bem mais breve trata das metas da teologia ecumênica. Antes de tudo, está diante do ecumenismo a forma de unidade das Igrejas a ser construída. Existem muitos modelos. Por isso, faz-se mister proceder a esclarecimentos fundamentais sobre o conceito de unidade. Os anglicanos trabalharam-no no *Lambeth Quadrilateral* e apontam quatro elementos para a unidade: a Escritura, a confissão de fé da Igreja antiga, os sacramentos do batismo e da Ceia/Eucaristia, o (histórico) ministério episcopal. Há os estudos “Unidade diante de nós” da comissão comum romano-católica e evangélico-luterana. Há modelos parciais e amplos de unidade. O texto já citado *The Nature and the Mission of the Church* também trata de tal questão. Existem diferenças nesses diversos modelos de unidade. No fundo, estão em jogo a unidade e a pluralidade.

Um outro ponto quanto às metas diz respeito aos contextos em que as Igrejas vivem. Para superar as oposições cabe conhecê-los na sua origem e no seu significado para a respectiva Igreja. Há diferenças entre contextos nacionais e regionais que pedem diferentes metas. As autoras relevam as exigências das situações familiares como no caso de casamentos entre cônjuges de diversas confissões. Evidentemente na Alemanha tal problema se põe muito diferentemente da atual conjuntura do Brasil. Aqui os parceiros das denominações pentecostais e neopentecostais impõem sua fé como condição de convivência, já desde o namoro. O ecumenismo no interior do matrimônio torna-se quase impossível.

Concluindo a obra, as autoras apontam metas intermédias. Para tanto, estudam a *Charta Oecumenica* de Estrasburgo (2001), assinada por representantes da Conferência Eclesial Europeia e do Conselho da Conferência Episcopal, que oferece linhas diretivas. E outras iniciativas se fizeram acontecer para avançar no diálogo ecumênico. Entra em questão a cooperação ecumênica no ensino religioso nas escolas na sua reivindicação legal. Tornou-se também entre nós problema muito agudo e discutido. E finalmente, está a dimensão missionária e o serviço espiritual no ecumenismo num contexto em que grupos pentecostais e neopentecostais crescem. Que significa missão nessa conjuntura? Vai na direção do seguimento de Jesus e não numa pretensão de poder religioso que se impõe. As autoras falam da Alemanha como território de missão. No Brasil, Aparecida se preocu-

pou com a evasão de católicos para denominações evangélicas de traço pentecostal. No fundo, está uma confiança fundamental na mensagem de justificação do evangelho.

Estamos diante de um texto que serve de excelente manual de teologia ecumênica, tão escasso no mercado teológico. Texto claro, didático, positivo, contundente. Aborda com amplitude os problemas. Material muito rico. Em termos de Brasil, necessitaria de uma adaptação. Reflete em termos de documentos, de experiências, de propostas a realidade alemã e, no máximo, europeia. No entanto, o leitor teológico adestrado tem condições de operar a transposição da margem alemã para as nossas, evitando simples cópia. Facilita altamente a leitura e a inteligência do livro o recurso didático de apor junto aos parágrafos pequenos verbetes que lhes indicam a ideia principal.

João Batista Libanio SJ

GORSKI, Eugene F.: *Theology of Religions: A Sourcebook for Interreligious Study*. New York / Mahwah, NJ: Paulist Press, 2008. 324 pp., 22,5 X 15 cm. ISBN 13: 978-0-8091-4533-1.

O livro quer ser uma fonte de dados para o estudo inter-religioso. O autor, sacerdote religioso da Congregação da Santa Cruz, é professor de teologia na Universidade de Notre Dame, EUA. Nesse livro, responde às perguntas: que os católicos e seguidores de Jesus deveriam pensar sobre as grandes religiões do mundo? Deus atua nessas religiões? Numa palavra: as religiões não cristãs são verdadeiras religiões e conduzem seus seguidores à salvação? Que significa para os cristãos viverem com pessoas de outras religiões? E finalmente, qual a relação entre o Cristianismo e essas religiões?

Tema fortemente discutido no meio católico antes e depois da intervenção da Congregação para a Doutrina da Fé com o documento *Dominus Jesus*. O A. lança um olhar sobre as fontes da revelação e da fé cristã – Escritura, Tradição e ensinamento da Igreja – para captar o que aí se ensina sobre o significado e o valor das religiões mundiais não cristãs à luz da atual controvérsia e debate teológico sobre o pluralismo e diálogo inter-religioso. Desenvolve um estudo histórico e fenomenológico das principais religiões mundiais como base para abordagem estritamente teológica sob diferentes aspectos:

1. localiza as origens das religiões num amplo horizonte da história mundial e procura descobrir se elas tiveram desenvolvimento histórico significante;
2. descreve o que aparece como serem características essenciais dessas religiões e as experiências fundamentais de seus fundadores;

3. inquire se as religiões mundiais partilham de certos atributos e de uma estrutura espiritual comum;
4. especifica o que aparece ser a relação do Cristianismo com as outras religiões;
5. levanta questões que pertencem à verdade última das religiões mundiais a qual vai além da história e fenomenologia para encontrar somente resposta no interior das fontes transcendentais da fé cristã.

O pressuposto metodológico fundamental do autor distingue-se daqueles que julgam somente a salvação dos não cristãos ter relevância teológica para os cristãos na questão da multiplicidade das religiões mundiais. Em última análise, não é relevante a distinção das religiões entre si. Pelo contrário, o A. afirma a convicção de que uma investigação histórica e fenomenológica necessita preceder qualquer juízo teológico sobre elas. Para isso, ele segue o percurso indicado acima nos cinco pontos. Só assim se consegue desentranhar o significado último das religiões não cristãs.

No estudo das religiões, o A. recorre ao bem conhecido conceito de K. Jaspers de “tempo axial”. Tempo que girou em torno de 500 a. C. num processo espiritual que ocorreu entre os anos 800 e 200 a. C. Surgiram então grandes movimentos religiosos em lugares distantes sem mútuo contacto. Num primeiro capítulo, trata das religiões anteriores ao tempo axial, praticadas por comunidades que iniciam a história na era arcaica ou tradicional no período dos 2000 a. C. Estuda a Suméria, o Egito, Creta, o Vale do rio Indo, a China, Olmec da América Central, Chaves (Peru). Esses sete povos caracterizam o início das civilizações pré-axiais. E em seguida, assinalam-se algumas características comuns, tais como: o sentido do sagrado num único mundo, a experiência dos deuses revelando-se nas realidades naturais e humanas, a expressão das crenças em forma de mitos e ritos sacrificiais, o código de ética das obrigações em relação aos deuses e aos humanos, a consciência de sofrimento, insegurança e mortalidade, as religiões étnicas e não universais e a não sobrevivência de nenhuma delas com o advento do tempo eixo.

A parte mais longa do livro é o desenvolvimento e a definição das características das religiões pós-axiais. Foram tratadas: Zoroastrismo, Hinduísmo, Budismo e Jainismo, Confucionismo, Daoismo, Shintoísmo e Budismo Mahayana, Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. O autor faz relativo minucioso estudo de cada religião de maneira clara e didática, dispondo em negrito os pontos importantes de modo que facilita a percepção da estrutura religiosa, com sumários e conclusões parciais.

As religiões se caracterizam por uma estrutura soteriológica e conseqüentemente incorporam um otimismo cósmico, uma afirmação da bondade última da existência humana e do universo. No entanto, as religiões pós-axiais não afirmam a gratuidade da vida da humanidade na

presente situação atual, mas na dimensão escatológica do otimismo cósmico: a crença no destino último da humanidade. Afirma-se no presente que uma existência humana melhor sem limite se realizará na ultimidade, dando à existência um movimento em direção a um fim de bem ilimitado.

O A. conclui a 2ª parte com a nova visão das necessidades humanas e da função da religião nesse momento pós-axial. Estabelece paralelos entre as religiões mundiais, ao perceber uma unidade expressiva entre elas no momento axial. O Sagrado, o Transcendente, Deus parece ter-se tornado ativo na história humana, a saber, nos fundadores, nos seguidores e em formas concretas pelas quais se faz conhecer. No histórico desenvolvimento do tempo pré-axial para o pós-axial, constata-se que as religiões foram impactadas pelo Absoluto e responderam de formas semelhantes. Constituíram uma estrutura espiritual comum. Tal conclusão leva a pôr diferentes perguntas para o estudo ulterior.

1. Como tornar compreensível a quase simultânea aparição de extraordinários e talentosos sábios, no tempo axial, em áreas geograficamente isoladas entre si?
2. Como é que, durante o milênio antes de Cristo, regiões separadas do mundo produziram criações religiosas admiráveis sobre as quais a história do espírito humano desde então se apoiou, conduzindo os humanos a transcenderem o mundo material e a terem acesso a uma vida melhor em união com o Sagrado ou Transcendente?
3. Tal fato foi simplesmente um aleatório ou evidencia a intencionalidade de uma força espiritual, de um plano de providência divina?
4. O Sagrado, o Transcendente apareceu somente para tornar-se atuante nos membros das religiões pós-axiais ou aconteceu isso realmente? O único Deus foi ativo não somente no Cristianismo, mas também nas outras religiões mundiais?

A última parte trata de buscar respostas, ao explicitar o *status* teológico das religiões não cristãs. Isso o faz ao refletir sobre as fontes da fé cristã – Escritura e para os católicos o magistério – e ao identificar os elementos que as unem e as diferenciam em relação ao Cristianismo. Para tanto, ele trabalha quatro pontos: a existência humana comum a todas as religiões, a questão da verdadeira religião, a originalidade única do Cristianismo e o diálogo inter-religioso.

Em relação à existência humana de que todos participam, salienta os traços que estão na base imediata e diretamente relacionados com a existência religiosa, tais como: relação consigo, com os outros e com a história; angústia, pecado e culpa; relação com Deus; autocomunicação de Deus em Cristo; o desejo natural por Deus e o existencial sobrenatural; a universalidade da autocomunicação de Deus em Cristo; o pecado primordial; a vontade salvífica universal de Deus. O A. reflete a posição rahneriana

da marca crística de todo homem religioso, ao participar de uma estrutura comum da existência humana cristocêntrica e por habitar um universo cristocêntrico.

O capítulo sobre a verdadeira religião começa recapitulando os dados obtidos pelo estudo histórico e fenomenológico das religiões mundiais: a presença ativa do Transcendente em todas elas; a qualidade cristocêntrica da essência da comum existência humana; o desejo natural por Deus e o existencial sobrenatural presente e atuante no profundo delas e nas formas concretas de sua institucionalização, ao serem envolvidas pela vontade salvífica universal de Deus. O A. processa a uma revisão histórica do pensamento católico sobre o significado e valor das outras religiões. De-tém-se na posição do Concílio Vaticano II, do teólogo K. Rahner, do documento *Dominus Jesus*, dos ensinamentos de João Paulo II e de outras expressões da doutrina oficial da Igreja católica. O seu ensinamento oficial reconhece verdade, bondade e a presença salvífica do Espírito nas outras religiões. Nelas seus membros encontram a verdade de Deus e recebem a graça de Cristo pela mediação do seu mistério salvador presente em plenitude na Igreja católica. Uma ulterior especificação do *status* das religiões não cristãs permanece questão aberta para os teólogos. E o A. prossegue a reflexão, ao aprofundar a questão da verdade das religiões não cristãs, a ação de Cristo nelas, a relação entre revelação e fé. Assume a posição de que existe salvação na fé, esperança e caridade do não cristão. E, portanto, as religiões não cristãs desempenham papel positivo na ação salvífica de seus membros. O poder de Cristo age nelas de maneira escondida. Conclui retomando a pergunta: que causou o fenômeno do tempo axial, mencionado no início do livro? Não se explica por mera coincidência, nem pela simples ação de sábios daquele momento histórico, mas pelo fato de ser uma resposta humana de fé à graça da Revelação divina e à ação de Cristo de maneira escondida e misteriosa na história humana.

A singularidade e originalidade do Cristianismo ocuparam um capítulo importante na ulterior reflexão teológica. As religiões não cristãs e o Cristianismo se assemelham por ser verdadeiras religiões. Mas permeia entre ambos diferenças significativas do ponto de vista da experiência e da interpretação do Sagrado, de credos, de dogmas, de práticas litúrgicas, de teologia e espiritualidade. O ponto crucial da diferença entre o Cristianismo e as outras religiões funda-se na pessoa de Jesus Cristo, crido como único e incomparável redentor e mediador entre Deus e a humanidade. Ele é o salvador universal destinado a todos e é a plenitude da revelação de Deus. Esse ensinamento baseia-se no testemunho das Escrituras e do ensinamento da Igreja. Isso não nega o que já se afirmou antes: embora as religiões não cristãs não tenham a plenitude da verdade, contudo são verdadeiras e válidas ao participar implicitamente e realizar a verdade e os valores do Cristianismo. O A. expõe o pensamento de Bento XVI sobre a teologia das religiões e as críticas que se lhe fazem.

O livro conclui-se com consideração sobre o mistério das religiões mundiais. Como devem os católicos considerar os fiéis não cristãos e suas religiões? Com sentido de respeito, admiração e amor. Elas pertencem à vontade misteriosa de Deus e a seu plano de salvação. O único verdadeiro Deus está presente e atuante nelas e nos seus membros. Manter em relação a elas mente aberta e dialogante. Mesmo tendo a plenitude e a perfeição da verdade de Deus, os cristãos, ao dialogar com as religiões não cristãs, não só aprendem muito sobre elas, mas delas. Eles se humanizam e abrem os horizontes, superando a reivindicação da posse exclusiva da verdade. Elas ensinam-lhes apreciar o fato de Deus ter-se manifestado historicamente de muitos modos e aberto muitos caminhos para chegar até Ele. Pedem que os cristãos conheçam melhor a própria tradição para responder aos ensinamentos das outras religiões. Não se trata de criar uma religião “universal” onde as diferenças desapareçam, mas de levar a sério as mútuas diferenças e de praticar o diálogo e a cooperação. As religiões mundiais são uma realidade misteriosa e sagrada. O amor de Deus estende-se incondicionalmente a todos os seres humanos. Torna sua graça salvadora acessível a todos. Finalmente os cristãos deveriam aproximar-se da diversidade de religiões com sentido de admiração, gratidão e compromisso sério com a missão.

O livro não avança nenhuma posição nova. Dispõe, porém, de excelente nível de informação sobre a complexidade da questão das religiões mundiais. Assume postura de abertura, de diálogo. Matiza afirmações do magistério. Guarda profundo respeito pelas religiões mundiais e seus seguidores, ao despertar no leitor cristão tal postura fundamental.

João Batista Libanio SJ

BANON, Patrick: *La Révolution Théoculturelle: Comprendre et gérer la diversité religieuse dans notre société*. Paris: Presses de la Renaissance, 2008. 384 pp., 22,5 X 15 cm. ISBN 978-2-7509-0441-8.

O autor se apresenta como escritor ensaísta, pesquisador em ciências das religiões e sistemas de pensamento, e especializado nos monoteísmos. Assessora empresas internacionais em gestão da diversidade cultural e religiosa e fundou o Instituto das Ciências da Diversidade. Une três campos de interesses: empresa, conselho político e pesquisa no campo das relações interculturais e religiosas. Possui enorme experiência mundial de contactos culturais: Europa, Estados Unidos da América, Brasil, Israel, Marrocos, etc.

As culturas religiosas carecem de tratamento próprio. Não se comportam como as outras culturas. As religiões, quais organismos vivos, se adaptam às mutações contemporâneas, sem perder seu rumo. A diversidade religi-

osa, que enriquece a sociedade, precisa ser gerida, harmonizada, para que se preservem os valores fundamentais da igualdade entre homem e mulher, a promoção da miscigenação, o reconhecimento do outro, a rejeição da exclusão, a relação pacífica com a vida e a morte, a busca da paz, a esperança de uma sociedade coerente e a garantia da proteção dos mais fracos. Isso não acontecerá sem definir a pertinência das expectativas culturais e religiosas, nem sem voltar-se ao espírito de uma prática religiosa e medir-lhe o impacto sobre a sociedade. O A. escolheu o terreno da diversidade para confrontar a história dos sistemas do pensamento religioso em face das expectativas contemporâneas. A sociedade futura dependerá de como se gerir a diversidade religiosa. O A. pretende, a partir da diversidade religiosa, contribuir para um viver humano junto e não lado a lado, ao preservar o duplo valor da pluralidade e da igualdade.

Numa terra sem fronteira, convivem mais de 4.000 formas de crenças e dezenas de milhares de divindades numa trajetória perto de 40 mil anos. E, sob o aspecto civil, 38.500 firmas transnacionais e 250.000 filiais constroem o terreno econômico. Mais de 20 milhões de trabalhadores qualificados migraram nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Em nível mundial, 191 milhões mudaram de país em um ano. Culturas e religiões mundializam-se ao mesmo tempo que o trabalho. As vias da informação nos apresentam à porta ofertas espirituais dos quatro cantos do mundo. É a mundialização do religioso e uma convergência das preocupações com a condição humana. Em vez de religião, o termo melhor seria "teocultura". Vive-se num mundo em que geografia, economia e religião desenham e redesenham o rosto da humanidade em interação com as condições cambiantes da sociedade. A mundialização possui força religiosa ao provocar mudanças na ordem existencial social. Estamos às vésperas de uma era pacífica ou de um confronto mundial.

Nesse mapa globalizado, a religião não se comporta como uma cultura entre outras, mas como a essência de nossas culturas. Esperava-se o fim do sobrenatural e veio a irresistível individualização do religioso. A história não acabou com a dinâmica das religiões nem com a necessidade religiosa. Com a mundialização, o sagrado tornou-se um atravessador de fronteiras, ao pôr em contacto direto as sociedades tradicionais com uma espécie de superorganização sociocultural. O mundo mais uma vez se ressacraliza. Haja vista os exemplos da Rússia e da China. A União Europeia discute sobre seu patrimônio cristão, judeu e muçulmano. As religiões em contacto umas com as outras se iluminam mutuamente.

A efervescência religiosa não se explica pela fragmentação das religiões nem pela nostalgia do sagrado. A revolução teocultural resulta da livre circulação dos indivíduos, da abolição das fronteiras, da mundialização das culturas, da globalização da oferta espiritual e da confrontação das culturas e das experiências históricas. Entramos em novo ciclo religioso.

Predomina nele a adaptação das religiões, que migram ou circulam, ao novo contexto geocultural onde aterrissam. É o importante em relação à religião é gerenciar as suas ações para ver em que medida elas impactam sobre a coesão da sociedade.

O A. não aceita a tese da “saída da religião”, segundo a expressão de Gauchet. “O fim das religiões não é para amanhã”. Interpreta a secularização como “um sistema de sincronização entre o tempo terrestre e o tempo divino”, e não como emancipação em face do religioso nem como oposição às religiões. “Os sistemas de pensamento religioso exprimem as relações da pessoa com o outro, oferecem um sentido à vida e à morte, permitindo uma solidariedade entre os seres inelutavelmente submetidos a um destino comum”. Ao caírem as fronteiras religiosas, a teocultura toma força. A religião não desaparece, adapta-se às mudanças do mundo. Na base de dados estatísticos, o A. traça um quadro religioso da atualidade. Repesco, à guisa de exemplo, o caso dos pentecostais que hoje somam uns 72 milhões e se anuncia para o ano 2025 a cifra de 800 milhões. O problema para o A. se centra em gerir essa gigantesca diversidade religiosa a bem da convivência humana como uma responsabilidade sem fronteiras. Haja vista o exemplo do Canadá. O Estado de Ontário negou a autorização para tribunais islâmicos de arbitragem religiosa e a instauração da *charia* para regular litígios familiares. A teocultura não deve ser pensada em função de interesse de uma facção religiosa, mas de maneira global, medindo o impacto que certas práticas de determinada religião causam no conjunto da sociedade.

Estamos a viver o fim de um ciclo religioso e o nascimento de um novo mundo. A mundialização decreta a morte do ciclo magicoagrícola de 10 mil anos. Reina a diversidade religiosa a ser harmonizada. A teocultura agrupa expectativas religiosas as mais diferentes, às vezes contraditórias ou identitárias, sempre respondendo às individualidades, enquanto as religiões se diversificam. O problema, portanto, é a diversidade que pode transformar a sociedade num paraíso ou num inferno. A revolução teocultural torna obsoleto o sistema dualista, antagônico nascido com a pré-história. Entra-se auspiciosamente em tempos da diversidade, da tolerância, desde que não sejam acobertadores da desigualdade injusta e da autorização a qualquer transgressão.

O direito da liberdade de consciência do indivíduo no campo religioso não pode ser absoluto numa sociedade, mas cessa quando se encontra com o direito de outro. Este é o princípio da laicidade francesa. Há casos em que certas práticas religiosas entram em choque com a convivência humana em determinada sociedade. Esta lhes põe limites. Existe discussão sobre a questão do uso de drogas em ritos religiosos: até onde o Estado pode penalizá-lo e até onde os praticantes desses ritos têm o direito de usá-las? O A. debate uma série de casos de ritos ou costumes religiosos e culturais

e sua compatibilidade com a vida social de determinada sociedade, sua legislação, o direito dos outros cidadãos que não têm a mesma prática religiosa. Existe uma tolerância religiosa, levada ao extremo, que se volta contra a sociedade, ao sobrepor a diferença individual aos valores coletivos.

O livro faz amplo passeio cultural por inúmeros casos em que ritos ou práticas culturais de determinados sujeitos religiosos se chocam com a vida de determinada sociedade. Além do uso de alucinógenos, entram em questão: poligamia, práticas judaicas do repouso sabático extremo, rejeição da carteira de identidade numérica, negação da matrícula escolar por razão religiosa, segregação de frequência a certos lugares públicos, discriminação por violação da pureza, casamento anulado por causa da não virgindade, sacralidade do hímen, agressão física à mulher, prescrições alimentares, obrigação de uma empresa providenciar espaços para a prática religiosa de funcionários, demissão do emprego por causa do divórcio, de recasamento, de incompatibilidade religiosa, da opção homossexual, de não querer trabalhar nalguma seção de trabalho, como açougueiro judeu que não quer vender carne de porco, uso do véu e de sinais religiosos em escolas públicas, aposição de sinais religiosos em lugares públicos, discriminação contra o uso da barba por razões religiosas em trabalho onde a higiene não permite, o tipo de roupa a ser usado, limite sagrado ao tempo de trabalho conforme a religião, enfim, uma infinidade de casos em que a dimensão religiosa e cultural étnica se bate contra a mundialização que leva as pessoas a viverem fora dos espaços em que uma religião ou uma cultura hegemônica impunha as regras sociais.

O livro oferece enorme riqueza de informação sobre todas essas questões e suas implicações sociais. É uma reflexão que não tem fim. A cada momento surgem novos choques. No fundo, está uma discussão sobre a tolerância e a liberdade. Não se pode negligenciar a verdade em nome da opinião. Não é possível satisfazer equitativamente às milhares de tradições prescritas por milhares de religiões e veiculadas por milhões de indivíduos. Não podemos renunciar a todo um lado da sociedade democrática e laica para respeitar o direito fundamental de consciência e de culto, reivindicado por essa mesma sociedade. Em nome da diversidade cultural e religiosa não podemos manter aspectos arcaicos religiosos. O multiculturalismo pode trazer-nos a morte de nossa sociedade democrática e com ela morre também a diversidade, pois é a única sociedade capaz de permitir a pluralidade religiosa e garantir a liberdade de consciência e de culto.

O A. conclui que a coexistência equitativa num mesmo espaço geográfico e temporal de uma diversidade de culturas, de tradições e de religiões é uma verdadeira revolução, enriquecedora, humanista e única na história humana. Impedir que esta diversidade se perpetue é um crime contra a

humanidade. Doutro lado, para preservar essa diversidade, a sociedade precisa permanecer indivisível, igualitária e fraterna, como um campo de jogo das culturas onde estas, no seu embate, existem e coexistem.

Nem a paz do cemitério em que uma única cultura domine e destrua todas as outras, nem o conflito sem regra, devorador. Os confrontos, as interações e as contradições provocam vida. As religiões possuem enorme força interior vital de assumir sempre novas formas conforme as batalhas que travam. A sociedade, por sua vez, não deve acomodar-se sem discernimento às expectativas particulares. Arrisca de impedir as culturas religiosas de contribuir plenamente ao esforço coletivo de organizar na história humana a coexistência harmoniosa de uma diversidade reconhecida. Ela deve enriquecer-se das diversidades e reforçar-se com elas, sem renunciar a seus valores fundamentais. Isso implica a busca de harmonização recíproca das expectativas culturais, o respeito do princípio de igualdade entre os indivíduos e de equidade nas respostas dadas às demandas religiosas.

Numa palavra, trata-se de harmonizar sem discriminar. Já Spinoza escrevia em 1670: “o culto exterior da religião e todo exercício de piedade devem estar de acordo com a tranquilidade e conservação do Estado para ser realmente conforme à vontade de Deus”. Harmonizar a diversidade cultural e religiosa num mundo aberto impõe melhor conhecimento das expectativas e uma definição clara dos critérios de apreciação das demandas. Nossa responsabilidade é de harmonizar as culturas para permitir aos indivíduos de participar plenamente na sua pluralidade pessoal do projeto coletivo da perpetuação de uma sociedade. Missão quase religiosa, assim termina o livro.

O livro afirma a tese da harmonia sem acomodação, do respeito às culturas e religiões sem tergiversação, da diversidade sem capitulação aos caprichos individuais, da manutenção dos princípios fundamentais da democracia sem secularização religiosa. Ele mostra a rapidez como se aceitou a morte do religioso por desconhecimento histórico do dinamismo das religiões ao longo dos milênios da cultura humana. O A. mostra enorme conhecimento das religiões até as minúcias. Conjuga alto nível de informação histórica com excelente percepção da problemática atual de diferentes espaços culturais e religiosos.

João Batista Libanio SJ

GONZÁLEZ-CARVAJAL SANTABÁRBARA, Luis: *El clamor de los excluidos*: Reflexiones cristianas ineludibles sobre los ricos y los pobres. Santander: Sal Terrae, 2009. 284 pp., 21,3 X 14,5 cm. Col. Presencia Teológica, 170. ISBN 978-84-293-1789-3.

Luis González-Carvajal Santabárbara, professor de teologia da Universidade Pontifícia Comillas de Madrid, ex-secretário geral de *Cáritas* espanhola, é conhecido no meio teológico brasileiro por alguns de seus títulos traduzidos ao português pela Loyola: *Causa dos pobres, causa da Igreja* (1987); *Nossa fé: teologia para universitários* (1992); *Notícias de Deus Pai!* (1999). É também um investigador sobre o tema dos pobres na teologia. Inspirado na parábola do *Juízo Final* (Mt 25,31-46), este livro é uma visão de conjunto das suas reflexões sobre os ricos e os pobres na tradição teológica cristã.

O fenômeno da pobreza em seus diversos níveis e características é o ponto de partida da reflexão teológica. Os dois primeiros capítulos são de âmbito fenomenológico em que o autor analisa a natureza e magnitude da pobreza e da exclusão social. A partir da *revolução industrial* se confirma uma verdade histórica: a exploração dos trabalhadores é a causa da pobreza. No *Capital* de Marx e na *Rerum novarum* de Leão XIII, «pobre» e «trabalhador» aparecem como sinônimos. A relativa melhora das condições dos trabalhadores europeus favorecida pelo *State Welfare* de corte keynesiano teve sua aparição interrompida pelo ressurgimento do capitalismo neoliberal cada vez mais globalizado. Como resultado, dois terços do gênero humano estão contados entre os *working poor* e os *excluídos* (sobrantes e inúteis para o mercado).

Uma rápida aproximação ao interminável debate sobre a igualdade apresenta interpretações distintas e contraditórias. A questão sobre a natureza e o conteúdo da igualdade apresenta três possíveis respostas: igualdade ante Deus (fundamentação religiosa), igualdade ante a lei (fundamentação jurídico-moral), igualdade de oportunidades e de resultados (fundamentação econômica). No final deste capítulo o autor deixa transparecer um convite ao leitor para que também ele submeta a crítica suas próprias interpretações sobre as desigualdades sociais.

Todos os capítulos seguintes são de caráter teológico, motivados pela Palavra de Deus. Em primeiro lugar o autor repassa a fundamentação bíblica do *destino universal dos bens* e da *opção pelos pobres*: a experiência do *Deus libertador*, constitutiva do povo de Israel onde Deus liberta um grupo de explorados pelo Império egípcio; a instituição de uma legislação para garantir e regular as relações sociais fraternas e proteger os pobres; a indignação dos profetas contra as injustiças; a pessoa e a mensagem de Jesus de Nazaré. Em seguida, o autor tem a preocupação de mostrar como

esta considerável riqueza do ensinamento bíblico é assumida e interpretada pela tradição Patrística dos primeiros séculos da Igreja.

A partir de conteúdos oferecidos pela sua própria fé, o cristão não pode deixar de refletir sobre sua relação com a riqueza material em um mundo onde os pobres e excluídos constituem a maioria absoluta. A consulta sobre o sentido da riqueza material e da pobreza na Sagrada Escritura leva a perguntar: Afinal, que nível de vida pode permitir-se uma pessoa batizada na fé da Igreja? Na opinião do autor, esta resposta é complexa porque muitos cristãos afortunados se servem de um mecanismo de defesa identificado por D. Bonhöffer como «obediência complicada» para justificar seu estilo de vida sem que sua consciência seja perturbada. Esta «obediência complicada» ajuda a entender duas coisas: as razões pelas quais a opção de Jesus pelos pobres foi esquecida pela Igreja e as justificações teológicas e doutrinárias das desigualdades sociais. Felizmente, nesta mesma Igreja onde a primazia do pobre foi relativizada, se constata uma reconversão aos pobres que indica uma superação deste erro histórico *ter-rível*, segundo o próprio autor (p. 135). Efetivamente, a partir de João XXIII, mas principalmente de Medellín, se constata um retorno da Igreja ao Evangelho e da centralidade dos pobres na teologia.

O conteúdo do cristianismo exige que o cristão encontre formas de expressão concretas que comprovem a coerência entre *ortodoxia* e *ortopraxis*. Neste sentido, duas virtudes são imprescindíveis e inseparáveis: a *justiça* e a *caridade*. Depois de especificar teologicamente cada uma delas, o autor destaca o caráter político transformador da *caridade* informada pela *justiça*: caridade política.

Após destacar a primazia do compromisso político, o autor apresenta a *comunicação de bens* e o *voluntariado social* como as duas condutas típicas da compaixão cristã e que poderiam ser recuperadas. A motivação pode ser buscada na história da Igreja, onde abundam testemunhos, como de S. Vicente de Paulo, fundador da caridade em sentido moderno. Estas e outras iniciativas devem ser inseridas no horizonte maior *das frentes de luta contra a pobreza*. A assistência, promoção humana e a transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais são estratégias necessárias, complementares e simultâneas. Toda política social que tem por objetivo superar a pobreza conduz necessariamente a mudanças nas estruturas da sociedade. Nesta imensa e nobre tarefa os cristãos não podem situar-se na «confraria dos ausentes» (Guéhenno). Algumas páginas adiante o leitor vai descobrir que o autor não está incentivando uma mudança global do sistema capitalista. Na ausência de alternativas globais resta aos cristãos lutar por reformas parciais no interior do próprio sistema. Diante desta opção reformista do autor, um leitor mais atento (destes que irão lembrar que foi Margareth Thatcher quem afirmou pela primeira vez: «there is no alternative») ou algum leitor mais familiarizado com a perspectiva

transformadora da Teologia da Libertação não deixará de perguntar pela possibilidade real de se vencer a pobreza e a exclusão social prescindindo da luta pela superação do sistema capitalista global. Igualdade social e capitalismo são compatíveis?

A propósito, o final do penúltimo capítulo reserva outra questão igualmente polêmica, a saber: para o cristão não se trata de decidir entre comprometer-se politicamente ou não, mas de optar sobre *qual política* e a favor *de quem* atuará politicamente. Em política sempre se toma partido, o pluralismo político revestido de imparcialidade significa uma cumplicidade com as causas da pobreza. A salvação da política está na primazia dos últimos (o autor resgata uma das mais valiosas afirmações do documento de Puebla: o compromisso político é uma forma de dar culto a Deus: Puebla, 521).

Em uma perspectiva mais intraeclesial, o lugar do compromisso com a causa dos pobres na vida da Igreja e na dinâmica pastoral é o tema do último capítulo. A missão da Igreja consta de três grandes ações pastorais: *evangelização, liturgia e serviço*. A dimensão do *serviço* nunca pode estar ausente da ação pastoral, pois ela impede que a evangelização se transforme em mero discurso abstrato e a liturgia num cultualismo individualista sem compromisso. Neste sentido, o autor conclui o livro insistindo nas exigências sociais para celebrar a eucaristia implícita no próprio conteúdo da liturgia: Na eucaristia, celebração memorial da entrega de Jesus pela salvação da humanidade, o cristão celebra sua entrega aos demais e antecipa no *tempo* a fraternidade do Reino inaugurado por Jesus. Logo, onde não existe fraternidade a eucaristia não é celebrada com a devida *autenticidade* que a fé exige. Uma comunidade deve «examinar-se a si mesmo» (1Cor 11,28) antes de atrever-se a celebrar a eucaristia, pois a ação litúrgica e a ação a favor da causa dos pobres não são mundos independentes: a causa dos pobres é a causa de Deus. Ou, em palavras de Inácio de Loyola, *ser amigo dos pobres é ser amigo do Rei Eterno*.

Por fim, não é necessário insistir na recomendação da leitura atenta e aprofundada deste livro. Seu próprio conteúdo é a melhor prova de sua pertinência para a realidade social e eclesial brasileira.

Élio Estanislau Gasda SJ

COLEÇÃO BÍBLICA LOYOLA

A Coleção Bíblica Loyola, sob responsabilidade da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, publica estudos, comentários e subsídios bíblicos de nível científico internacional, seja traduzidos, seja produzidos por biblistas nacionais.

TÍTULOS MAIS RECENTES:

23. **As formas literárias do Novo Testamento** (K. Berger)
24. **Procurais o Jesus histórico?** (R. Zuurmond)
25. **Sabedoria e sábios em Israel** (J. Vélchez Líndez)
26. **Mulher e homem em Paulo** (N. Baumert)
27. **A evolução do pensamento paulino** (U. Schnelle)
28. **Metodologia do Antigo Testamento** (H. Simian-Yofre [org.])
29. **A mensagem do Reino** (R. A. Horsley e N. A. Silberman)
30. **Abraão e sua lenda: Gênesis 12,1-25,11** (W. Vogels)
31. **Israel e seu Deus:** (F. Gradl e F. J. Stendebach)
32. **Sacrifício e culto no Israel do Antigo Testamento** (Ina Willi-Plein)
33. **O Jesus Histórico: um manual** (Gerd Theissen / Annete Merz)
34. **A Tríade: fé, esperança e amor em Paulo** (Thomas Söding)
35. **A Primeira história do Cristianismo** (Daniel Marguerat)
36. **Introdução ao Antigo Testamento** (Erich Zenger et al.)
37. **Introdução à leitura do Pentateuco** (Jean-Louis Ska)
38. **A "fórmula da aliança"** (Rolf Rendtorff)
39. **As parábolas de Jesus em Marcos e Mateus** (Michel Gourgues)
40. **A invenção de Cristo** (Maurice Sachot)
41. **As origens da Bíblia** (John W. Miller)
42. **Naquele tempo... Concepções e práticas do tempo** (M. Gourgues e M. Talbot)
43. **Introdução à exegese do Novo Testamento** (U. Schnelle)
44. **A encarnação do Filho de Deus** (Ulrich B. Müller)
45. **Sinopse dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas e da "Fonte Q"** (J. Konings)
46. **Entre os dois Testamentos. História e religião na época do Segundo Templo** (J. Maier)
47. **As parábolas de Lucas** (Michel Gourgues)
48. **Religião de visionários: apocalíptica e misticismo no cristianismo primitivo** (P.A. de S. Nogueira)
49. **O homem bíblico. Leituras do Primeiro Testamento** (A. Wénin)
50. **Aquele que manda a chuva na face da terra** (C.M. Dias da Silva)
51. **Davi e sua história** (W. Vogels)
52. **A Bíblia grega dos Setenta - Do judaísmo ao cristianismo antigo** (M. Harl, G. Dorival, O. Munnich)
53. **O Messias** (H.-J. Fabry / K. Scholtissek)
54. **Os milagres de Jesus - Perspectivas metodológicas plurais** (Rafael Aguirre)
55. **Escritura viva (A) - Interpretações cristãs da Bíblia** (Elisabeth Parmentier)
56. **Jesus, o galileu** (Senén Vidal)
57. **Para que contemplem a minha glória** (Alberto Casalegno)

Edições Loyola — Cx. P. 42.355 - CEP 04299-970 São Paulo
e-mail: vendas@loyola.com.br